

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - TO

RESOLUÇÃO N.º 09/97

Dispõe sobre a Priorização de Cadastramento no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS)

O Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, consoante com a discussão, votação e aprovação da "Priorização de Cadastramento no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS)" na Reunião Extra-Ordinária do Conselho Intergestores Bipartite do Tocantins do dia 21 de Maio de 1997,

RESOLVE:

1. Será priorizado o cadastramento no SIH-SUS de unidades hospitalares situados em municípios com mais de 5.000 habitantes;
2. Será priorizado o cadastramento no SIH-SUS de unidades hospitalares que possuam dois ou mais médicos;

Serão acrescidos como critérios para o cadastramento:

3. O profissional médico residir no município onde está situado o hospital;
4. Um teto máximo de 25 internações por médico;
5. Os municípios não contemplados por esses pontos de priorização poderão enviar pleitos para cadastramento no SIH-SUS à Comissão Intergestores Bipartite que os avaliará e definirá se os mesmos deverão ser atendidos.

Palmas, 21 de Maio de 1997


DR. EDUARDO NOVAES MEDRADO

Presidente da
Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - TO

RESOLUÇÃO N.º 09/97

Palmas, 21 de Maio de 1997

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, em Reunião Extra-Ordinária do dia 21 de Maio de 1997, em referência à "Priorização de Cadastramento no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do SUS", resolve aprovar que:

1. Deva ser priorizado o cadastramento no SIH-SUS de unidades hospitalares situados em municípios com mais de 5.000 habitantes;
2. Deva ser priorizado o cadastramento no SIH-SUS de unidades hospitalares que possuam dois ou mais médicos;

Serão acrescidos como critérios para o cadastramento:

3. Que o profissional médico deva residir no município onde está situado o hospital;
4. Que haja um teto máximo de 25 internações por médico.
5. Que os municípios não contemplados por esses pontos de priorização poderão enviar pleitos para cadastramento no SIH-SUS à Comissão Intergestores Bipartite que os avaliará e definirá se os mesmos deverão ser atendidos.


DR. EDUARDO NOVAES MEDRADO

Presidente da Comissão Intergestores Bipartite - TO

Membros COSEMS

DR. NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA

SR. GILSON PEREIRA DA COSTA

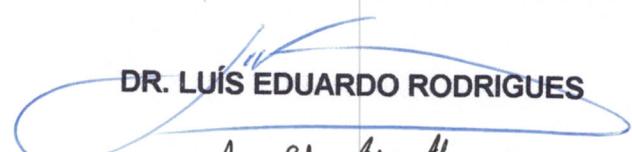
SR. JOSÉ DA SILVA

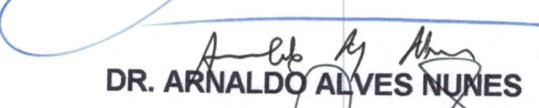
DR. FRANCISCO CARLOS A. LEME

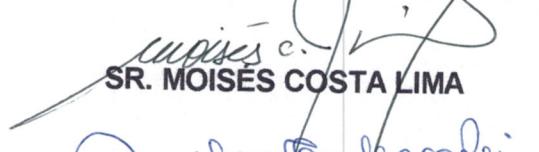
DR. VALTER EVARISTO AMORIM

Membros SES-TO


DR. EDUARDO NOVAES MEDRADO


DR. LUIS EDUARDO RODRIGUES


DR. ARNALDO ALVES NUNES


SR. MOÍSES COSTA LIMA


SRA. NILZA TEDESCO REIS

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM 21.000 OU MAIS HABITANTES (GRUPO II)

- Araguaína;
- Araguatins;
- Colinas do Tocantins;
- Gurupi;
- Palmas;
- Paraíso do Tocantins;
- Porto Nacional.



**CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
GESTÃO PLENA DO SISTEMA MUNICIPAL – CIB-TO – GRUPOS I E II**

REQUISITOS NOB SUS 01/96: item 15.2.2	INSTRUMENTOS DE COMPROVAÇÃO
3.A – Comprovar o funcionamento do conselho Municipal de Saúde - CMS.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal de criação • Atas das reuniões do trimestre anterior a solicitação do pleito conforme frequência prevista na lei ou no regimento
3.B – Comprovar a operação do Fundo Municipal de Saúde - FMS.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal de criação do FMS • Cadastro financeiro das contas do FMS • Extrato das contas do FMS do último trimestre.
3.C - Participar da elaboração e implementação dos recursos expressa na programação.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS e da SES atestando que o Município cumpriu este requisito. • Declaração do Teto Financeiro Global do Município.
3.D - Comprovar capacidade técnica e administrativa e condições materiais para o exercício de suas responsabilidades e prerrogativas quanto a contratação, ao pagamento ao controle e auditoria dos serviços sob sua gestão, bem como avaliar o impacto das ações do sistema sobre a saúde dos seus municípios.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SES assegurando que o Município tem condições de processar o SIA/SUS e SIH/SUS (quando disponível) • Declaração da SMS que cumpriu demais exigências deste requisito • Plano para organização do serviço municipal de controle, avaliação e auditoria aprovado pelo CMS • Comprovar existência de rubrica específica, no orçamento municipal que permita o pagamento de prestadores de serviços. • Declaração da SMS comprometendo-se a alimentar o Banco de Dados Nacional.
3.E - Comprovar a dotação orçamentária do ano e dispêndio no ano anterior, correspondente à contrapartida de recursos financeiro próprios do Tesouro Municipal, de acordo com a legislação em vigor.	<ul style="list-style-type: none"> • Formulário específico da contrapartida em percentual, dos anos atual e anterior, do total da receita do Tesouro Municipal, de acordo com a legislação vigente.
3.F – Formalizar, junto ao gestor estadual, com vistas à CIB, após aprovação pelo CMS, o pleito de habilitação, atestando o cumprimento dos requisitos específicos relativos à condição de gestão pleiteada.	<ul style="list-style-type: none"> • Ofício do gestor municipal à CIB solicitando habilitação e atestando o cumprimento dos requisitos. • Ata da reunião do CMS aprovando o pleito.
3.G - Dispor de médico formalmente designado pelo gestor como responsável pela autorização prévia, controle e auditoria dos procedimentos e serviços realizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS atestando o cumprimento deste requisito.
3.H - Apresentar o PMS, aprovado pelo CMS, que deve conter as metas estabelecidas, a integração e articulação do município na rede estadual e respectivas responsabilidades na PPI do Estado, incluindo detalhamento da programação de ações e serviços que compõem o sistema municipal bem como os indicadores mediante dos quais será efetuado o acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Municipal de Saúde - PMS, atualizado para a presente gestão municipal. • Ata do CMS aprovando o PMS.
3.I - Comprovar o funcionamento de serviço estruturado de vigilância sanitária e capacidade para o desenvolvimento de ações de vigilância sanitária.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal que estabeleça atribuição e competência do poder de polícia administrativa e sanitária no Município. • Regulamentação que defina a unidade organizacional as instâncias de recursos humanos necessários a execução das ações de vigilância sanitária. • Declaração da SMS atestado que possa técnicos habilitados e em quantidade suficiente para as ações de Vigilância Sanitária.
3.J - Comprovar a estruturação de serviços e atividades de vigilância epidemiológica e de controle de zoonoses.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS de que o Município se compromete a cumprir este requisito, sendo capaz de realizar notificação de doenças conforme estabelece a legislação vigente, investigação epidemiológica, incluindo obrigatoriamente os óbitos infantis e maternos e consolidação e análise de dados. • Declaração conjunta da SMS e da SES explicitando as responsabilidades de cada instância no controle de vetores de zoonoses.

REQUISITOS NOB SUS 01/96: item 15.2.2	INSTRUMENTOS DE COMPROVAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS de que o Município se compromete a implantar o SIM, SINASC e SINAM.
3.k - Apresentar o Relatório de Gestão do ano anterior à solicitação do pleito, devidamente aprovado pelo CMS.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Gestão.
3.L - Assegurar a oferta, em seu território, de todo o elenco de procedimentos cobertos pelo PAB e, adicionalmente, de serviços de apoio diagnóstico em patologia clínica e radiologia básicas.	<ul style="list-style-type: none"> • FCA - Ficha de Cadastro Ambulatorial, atualizada comprovando o requisito.
3.M - Comprovar a estruturação do componente municipal do SNA.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal de criação do componente municipal do SNA.
3.N - Comprovar a disponibilidade de estrutura de recursos humanos para supervisão e auditoria da rede unidades, dos profissionais e dos serviços realizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS e da SES atestando o cumprimento deste requisito.

Os requisitos já cumpridos para habilitação à NOB 01/93 são aceitos na habilitação da NOB/SUS 01/96

**HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS À GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA,
CONFORME ADEQUAÇÃO DA CIB-TO – GRUPO II > 21.000 hab.**

Cumprido as exigências essenciais - criação do CMS e do FMS por lei municipal e adoração do Plano Municipal de Saúde instalação dos equipamentos de informática e treinamento do pessoal. o município pode solicitar sua habilitação segundo as instruções abaixo (também anexas a instrução Normativa - 01/97 DOU de 23/05/97).

REQUISITOS NOB/SUS 01/96: item 15.2.2	INSTRUMENTOS DE COMPROVAÇÃO
1.A - Comprovar o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - CMS.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal (lei) de criação do CMS. • Ato da reunião do CMS que aprovou o pleito
1.B – Comprovar a operação do Fundo Municipal de Saúde – FMS	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal (Lei) de criação do FMS • Cadastro Financeiro • Extrato das contas do FMS referentes ao trimestre anterior
1.C - Apresentar o Plano Municipal de Saúde - PMS e comprometer-se a participar a elaboração e da implementação da PPI do Estado bem assim da alocação dos recursos expressos na programação. Comprovar a existência do FMS	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Municipal de Saúde, atualizado para a presente gestão municipal. • Ata do CMS aprovando o PMS. • Declaração do Teto Financeiro Global do Município
1.D - Comprovar a capacidade técnica e administrativa e condições materiais para o exercício de suas responsabilidade e prerrogativas quanto à contratação, pagamento, controle e à auditoria dos serviços sob sua gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SES ou do DATASUS atestando que o Município tem condições de processar o SIA/SUS. • Declaração da SMS de que cumpriu demais exigências deste requisito explicitando no caso da auditoria as responsabilidades do Município
1.E - Comprovar a dotação orçamentária do ano e o dispêndio realizado no ano anterior correspondentes à contrapartida de recursos financeiros próprio do Tesouro Municipal, de acordo com a legislação em vigor.	<ul style="list-style-type: none"> • Formulário específico (anexo 7 IN 01/97) demonstrando a contrapartida financeira do ano e do exercício anterior do total da receita do Tesouro Municipal, de acordo com a legislação vigente
1.F - Formalizar junto ao gestor estadual com, vistas à CIB, após aprovação pelo CMS, o pleito de habilitação, atestando o cumprimento dos requisitos relativo à condição de Gestão Plena de Atenção Básica.	<ul style="list-style-type: none"> • Ofício do gestor municipal à CIB solicitando habilitação e declarando o cumprimento dos requisitos.
1. - Dispor de médico formalmente designado como responsável pela autorização prévia controle e auditoria dos procedimentos e serviços realizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS garantindo que o Município cumpriu este requisito
1.H - Comprovar a capacidade para o desenvolvimento de ações de vigilância sanitária.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato que estabeleça atribuição e competência do poder público municipal para o desenvolvimento de ações de vigilância sanitária
1.I - Comprovar a capacidade para o desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS de que o Município se compromete a cumprir este requisito sendo capaz de notificar as doenças conforme estabelece a legislação vigente. • Declaração conjunta da SES e da SMS explicitando as responsabilidade do Município e do Estado nas demais ações de vigilância epidemiológica.
1.J - Comprovar a disponibilidade de estrutura de recursos humanos para supervisão e auditoria da rede de unidades, dos profissionais e dos serviços realizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS garantindo que o Município cumpriu este requisito explicitando no caso da auditoria as responsabilidades do Município

Os requisitos já cumpridos para habilitação à NOB 01/93 são aceitos na habilitação às condições da NOB/SUS 01/96
--

**HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS À GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA,
CONFORME ADEQUAÇÃO DA CIB-TO – GRUPO I < 21.000 hab.**

Cumprido as exigências essenciais - criação do CMS e do FMS por lei municipal e adoração do Plano Municipal de Saúde instalação dos equipamentos de informática e treinamento do pessoal. o município pode solicitar sua habilitação segundo as instruções abaixo (também anexas a instrução Normativa - 01/97 DOU de 23/05/97).

REQUISITOS NOB/SUS 01/96: item 15.2.2	INSTRUMENTOS DE COMPROVAÇÃO
1.A - Comprovar o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - CMS.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal (lei) de criação do CMS. • Ato da reunião do CMS que aprovou o pleito
1.B – Comprovar a existência do Fundo Municipal de Saúde – FMS	<ul style="list-style-type: none"> • Ato legal (Lei) de criação do FMS • Cadastro Financeiro
1.C - Apresentar o Plano Municipal de Saúde - PMS e comprometer-se a participar a elaboração e da implementação da PPI do Estado bem assim da alocação dos recursos expressos na programação. Comprovar a existência do FMS	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Municipal de Saúde, atualizado para a presente gestão municipal. • Ata do CMS aprovando o PMS. • Declaração do Teto Financeiro Global do Município
1.D - Comprovar a capacidade técnica e administrativa e condições materiais para o exercício de suas responsabilidade e prerrogativas quanto à contratação, pagamento, controle e a auditoria dos serviços sob sua gestão ou, quando na impossibilidade de cumprir esses requisitos, solicitar formalmente à Secretaria de Estado da Saúde a realização desses trabalhos, até a capacitação do município para realizá-los, sendo incentivado a formação de consórcios intermunicipais de saúde para operacionalizar o sistema de controle, auditoria e avaliação nas diversas regiões do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SES ou do DATASUS atestando que o Município tem condições de processar o SIA/SUS. • Declaração da SMS de que cumpriu demais exigências deste requisito explicitando no caso da auditoria as responsabilidades do Município. • Solicitação formal à SES-TO para realizar esses requisitos.
1.E - Comprovar a dotação orçamentária do ano e o dispêndio realizado no ano anterior correspondentes à contrapartida de recursos financeiros próprio do Tesouro Municipal, de acordo com a legislação em vigor.	<ul style="list-style-type: none"> • Formulário específico (anexo 7 IN 01/97) demonstrando a contrapartida financeira do ano e do exercício anterior do total da receita do Tesouro Municipal, de acordo com a legislação vigente
1.F - Formalizar junto ao gestor estadual com, vistas à CIB, após aprovação pelo CMS, o pleito de habilitação, atestando o cumprimento dos requisitos relativo à condição de Gestão Plena de Atenção Básica.	<ul style="list-style-type: none"> • Ofício do gestor municipal à CIB solicitando habilitação e declarando o cumprimento dos requisitos.
1.G – Dispor de médico formalmente designado como responsável pela autorização prévia controle e auditoria dos procedimentos e serviços realizados ou, quando na impossibilidade de cumprir este requisito, solicitar formalmente à SES-TO a realização desse trabalho, até a capacitação do município para realizá-lo.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS garantindo que o Município cumpriu este requisito; • Solicitação formal à SES-TO para realizar este requisito.
1.H – Comprovar a capacidade para o desenvolvimento das ações de vigilância sanitária, condicionado a adequação e aplicação da nova tabela de vigilância sanitária.	<ul style="list-style-type: none"> • Ato que estabeleça atribuição e competência do poder público municipal para o desenvolvimento de ações de vigilância sanitária.
1.I – Comprovar a capacidade para o desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica, condicionado a adequação e aplicação da nova tabela de vigilância epidemiológica.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS de que o Município se compromete a cumprir este requisito sendo capaz de notificar as doenças conforme estabelece a legislação vigente. • Declaração conjunta da SES e da SMS explicitando as responsabilidades do Município e do Estado nas demais ações de vigilância epidemiológica.
1.J - Comprovar a disponibilidade de estrutura de recursos humanos para supervisão e auditoria da rede de unidades, dos profissionais e dos serviços realizados ou, quando na impossibilidade de cumprir este requisito, solicitar formalmente à SES-TO a realização desse trabalho, até a capacitação do município para realizá-lo.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da SMS garantindo que o Município cumpriu este requisito explicitando no caso da auditoria as responsabilidades do Município; • Solicitação formal à SES-TO para realizar este requisito.

Os requisitos já cumpridos para habilitação à NOB 01/93 são aceitos na habilitação às condições da NOB/SUS 01/96